

Limites paraconsistentes ao “(não) me engane que eu (não) gosto” na vida política (partidária) brasileira

Após assistir pela “TV Justiça” algumas horas iniciais e as horas finais do histórico julgamento das ações que tramitaram perante o [TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL](#) pedindo a cassação do mandato do excelentíssimo senhor presidente da República Federativa do Brasil, ler as mídias sobre o julgado e repensar no trabalho voluntário que faço para aquela Justiça por ocasião das eleições (no papel de 'mesário voluntário'), algumas conclusões provisórias são passíveis de escrita...

Regra geral não gostamos quando nos enganam. O 'me engana que eu gosto' só é válido quando gostamos da pessoa que nos engana e tal pessoa nos engana para o nosso bem (material e/ou imaterial). Esta é uma das maneiras de crescermos enquanto Seres Humanos em busca de *ser* o nosso *dever*, algo que também ocorre em outras situações [(notadamente com as Ciências (com seus experimentos e métodos específicos) e as Religiões (com seus dogmas)].

Na Política brasileira em geral, na política partidária brasileira em particular, aquela regra geral ficou de certo modo enfraquecida, pois empresas que corrompem e partidos políticos corrompidos usavam o 'caixa 1', o 'caixa 2' e a *terceirização da corrupção*, com o 'caixa 3' para conquistar e manter de um lado o poder e de outro os contratos com aquele poder.

Enganar ou não enganar não vem a ser a questão, quando o passado dos recursos financeiros usados é incerto...

A coisa pública (*res publica*) em grande parte parece que não estava nos planos eleitorais nem nos respectivos financiamentos...

Nas vezes que trabalhei como 'mesário voluntário' para a Justiça Eleitoral notei que alguns eleitores votavam com vontade de mudanças, com esperança de um Brasil melhor para seus filhos, filhas, netos, netas, bisnetos, bisnetas...

Nas vezes que trabalhei como 'mesário voluntário' para a Justiça Eleitoral, ao lado daqueles acima referidos, notei outros eleitores e eleitoras que declaravam anular o voto, pois não acreditavam mais na política partidária brasileira. Pareciam experimentar um certo 'mal estar' ao estar para votar...

Nas vezes que trabalhei como 'mesário voluntário' para a Justiça Eleitoral, ausentes daqueles, estavam quem não pode votar por qualquer outra razão (viagem, doença, descrença)...

Trabalharei no papel de 'mesário voluntário' nas próximas eleições e este ou aquele partido político usará 'restos de campanha' das eleições anteriores para financiar candidatos e candidatas que muito provavelmente não saberão com precisão se o dinheiro que usam nas campanhas é 'limpo' ou 'corrompido'... Outra triste paraconsistente observação é que após as eleições grande parte do eleitorado não se lembrará em quem votou...

A excelentíssima senhora ministra ROSA WEBER até afirmou naquele julgamento histórico ser 'impossível' separar os dinheiros (sujos e não sujos) nas contas partidárias, o que exigiria fechar todas as contas de todos os partidos e reabri-las do 'zero' para termos segurança jurídica da legitimidade dos futuros pleitos eleitorais e uma concorrência justa.

A auditoria de todas as contas em tese é possível, mas na prática de falta de estrutura material e humana da Justiça Eleitoral para checá-las faz aquela tese impraticável.

Como manter as esperanças de um futuro melhor na República Federativa do Brasil?

A resposta passa por entendermos o processo social que experimentamos enquanto Nação, onde as soluções parciais de problemas históricos e dinâmicos são oferecidas de modo tópico pelos diferentes agentes institucionais e não institucionais (de modo e tempo em interação paraconsistente, como a vida é).

Nesse sentido, fatos e Direitos que entraram na 'coisa julgada' daquele histórico julgamento são tão importantes quanto os fatos e Direitos que não entraram, mas que foram valorados pelos excelentíssimos senhores ministros. S.M.J. e com o devido respeito ao Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, de certa forma os ministros e a ministra nos enganaram... mas ambos os lados (votos vencedores e votos vencidos) paraconsistentemente gostam da *res publica*.

Devemos ler, reler e incorporar em atitudes e comportamentos - enquanto líderes empresariais e/ou políticos - aqueles valores republicanos expressos naquele histórico julgamento, pois a República interessa que muitos sejam os defensores da suas causas.

Carlos Perin Filho